

ERGATIVIDADE
E SISTEMAS DE
ALINHAMENTOS
EM LÍNGUAS
INDÍGENAS

Conselho Editorial Educação Nacional

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP
Prof. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP
Profa. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp
Profa. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp
Prof. Dr. Elton Luiz Nardi – Unoesc
Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar
Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp
Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR
Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC
Profa. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Unoesc/Unicamp
Profa. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas
Profa. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp (*in memoriam*)
Profa. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS
Profa. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS
Profa. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI
Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp
Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR
Profa. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário
Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada
Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aveiro
Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Profa. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada
Profa. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho
Profa. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján
Profa. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata
Profa. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata

Fábio Bonfim Duarte

ERGATIVIDADE
E SISTEMAS DE
ALINHAMENTOS
EM LÍNGUAS
INDÍGENAS

MERCADO®
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Duarte, Fábio Bonfim

Ergatividade e sistemas de alinhamentos em línguas indígenas
/ Fábio Bonfim Duarte. – 1. ed. – Campinas, SP : Mercado de
Letras, 2022.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7591-616-2

1. Análise linguística 2. Linguagem e línguas 3. Línguas indígenas
– Gramática 4. Língua indígenas – Morfologia I. Título.

22-111039

CDD-410

Índices para catálogo sistemático:

1. Análise linguística 410

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras
diagramação: DPG Editora
revisão final pós produção do autor
bibliotecária: Aline Grazielle Benitez – CRB-1/3129

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

V.R. GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefáx: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

2 0 2 2

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

PREFÁCIO.	7
<i>Ana Suelly Arruda Câmara Cabral</i>	
INTRODUÇÃO.	11
1. O QUE É ERGATIVIDADE?.	19
Dispositivos gramaticais utilizados nos sistemas ergativos	20
Sistemas ergativos cindidos.	29
Sistemas ergativos fluidos	34
Resumo do capítulo	40
2. O QUE DIFERE UMA LÍNGUA ERGATIVA DE UMA LÍNGUA NOMINATIVA?.	41
Das propriedades de valoração de Caso abstrato nas línguas nominativas	42
Das propriedades de valoração de Caso abstrato nas línguas ergativas.	49
Ergatividade morfológica.	58
Ergatividade sintática.	62
Resumo do capítulo	67

3.	ERGATIVIDADE EM LÍNGUAS MACRO-JÊ E KARIB	71
	Do sistema ergativo em línguas Jê e no Maxacali	74
	Marcação diferencial do sujeito.	83
	Casos ergativo e dativo equivalem a Caso inerente?	87
	Fonte de valoração do Caso absoluto em línguas da família Jê	90
	Derivando o subsistema ergativo-absolutivo	91
	Derivando o subsistema nominativo-acusativo	98
	Fonte do Caso absoluto em Maxacali	102
	Fonte de valoração do Caso absoluto em Kuikuro	107
	Resumo do capítulo	110
4.	O SISTEMA NOMINATIVO-ABSOLUTIVO EM TENETEHÁRA	113
	Sobre o sistema nominativo-acusativo não cindido	116
	Distribuição dos marcadores de pessoa.	125
	Fonte de valoração do Caso nominativo	127
	Fonte de valoração do Caso acusativo (= absoluto).	134
	Resumo do capítulo	146
5.	O SISTEMA DE MARCAÇÃO FLUIDA EM KA'APOR	149
	O alinhamento nominativo-acusativo	
	$(A_{nom} = S_{nom} \neq O_{acc})$	153
	O estatuto gramatical da partícula [ke]	156
	A cisão do Caso dos sujeitos intransitivos	159
	Marcação diferencial do objeto ($O_o \sim O_{ke}$)	167
	DOM regulado pela escala de animacidade em Ka'apor	169
	DOM regulado pela escala de definitude em Ka'apor	171
	Marcação diferencial dos sujeitos agentivos	
	$(S_a/A_{nom} \sim S_a/A_{dat})$	174
	Mecanismo de valoração do Caso dativo	177
	Resumo do capítulo	184
	CONCLUSÕES	185
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	189
	ABREVIATURAS UTILIZADAS	201

PREFÁCIO

Em seu livro *Ergatividade em línguas Indígenas* Fábio Bonfim Duarte traz importantes contribuições para o debate sobre a expressão de ergatividade, à luz da teoria de Caso, tomando por base a análise de dados de línguas indígenas brasileiras afiliadas a três importantes agrupamentos genéticos. As contribuições favorecem a tese de que ergatividade não constitui um fenômeno unitário e idêntico nas línguas que a manifestam, mas que deve ser vista como um “epifenômeno com propriedades peculiares em cada gramática das línguas particulares, uma vez que os sistemas ergativos averiguados diferem quanto aos Casos abstratos disponíveis aos argumentos nucleares (A), (S) e (O).”

O autor demonstra que há línguas ergativas que operam com sistemas de Caso quadripartido, como as línguas Jê; tripartido, como as línguas Tupí-Guaraní; e bipartido, como o Kuikuro. No sistema quadripartido das línguas Jê, o sujeito (A) de verbo transitivo pode receber até três Casos abstratos, a saber: o ergativo, o dativo e o nominativo, enquanto o sujeito (S) do verbo intransitivo pode apresentar os Casos nominativo e acusativo. A cisão nessas línguas decorre do traço aspectual da sentença e das propriedades semânticas do predicado transitivo, o que leva o pesquisador afirmar que as línguas Jê apresentam

um subtipo de ergatividade não previsto até então pela teoria de Caso, uma vez que o sujeito de verbos intransitivos (=inacusativos e inergativos) recebe Caso acusativo do núcleo v^p .

Quanto ao Maxacali, seu sistema de alinhamento tripartido emerge, segundo Duarte, do fato de o sujeito (A) do verbo transitivo e o sujeito (Sa) do verbo inergativo receberem Caso ergativo inerente do núcleo v^p ; enquanto o sujeito (So) de verbos inacusativos e o sujeito (So) de verbos na voz passiva recebem o Caso nominativo do núcleo T^o .

Já a ergatividade no Kuikuro, como defendida por Duarte, se aproxima mais do tipo de ergatividade clássica, em que há uma distribuição clara entre a marcação do sujeito (A), que recebe caso ergativo, e o sujeito (S) e o objeto, que recebem caso nominativo.

Finalmente, a análise dos dados das línguas Guajajara e Ka'apór, desenvolvidas no âmbito da teoria de Caso, reúne evidências da existência de línguas acusativas cindidas, o que, segundo o autor, é uma possibilidade paramétrica até então não aventada por linguistas que vêm trabalhando com sistemas de alinhamento.

Finalmente, a análise delineada neste livro argumenta que, em Tenetehára, em Ka'apór e em línguas Jê, Caso absolutivo pode corresponder a Caso acusativo, valorado pelo núcleo v^p , e que Caso absolutivo dos sujeitos de intransitivos pode ainda corresponder a Caso nominativo em línguas como o Dyrbal, o Maxacali, o Kuikuro e o Warlpiri, uma vez que esse Caso não é valorado pelo núcleo v^p , mas, sim, pelo núcleo T^o .

O livro em pauta é certamente uma importante contribuição para os estudos gerativistas voltados para os sistemas de alinhamento nas línguas naturais na perspectiva da Teoria de Caso, com contribuições de línguas indígenas brasileiras ainda pouco ou não contempladas em estudos dessa natureza e que

apresentam sistemas de alinhamento que fogem aos padrões elencados na literatura especializada.

Ana Suelly Arruda Câmara Cabral

Pesquisadora do CNPq/1D e Professora Titular
do Departamento de Linguística, Português
e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília
Coordenadora do Laboratório de Línguas
e Literatura de Línguas Indígenas (Lalli)



INTRODUÇÃO

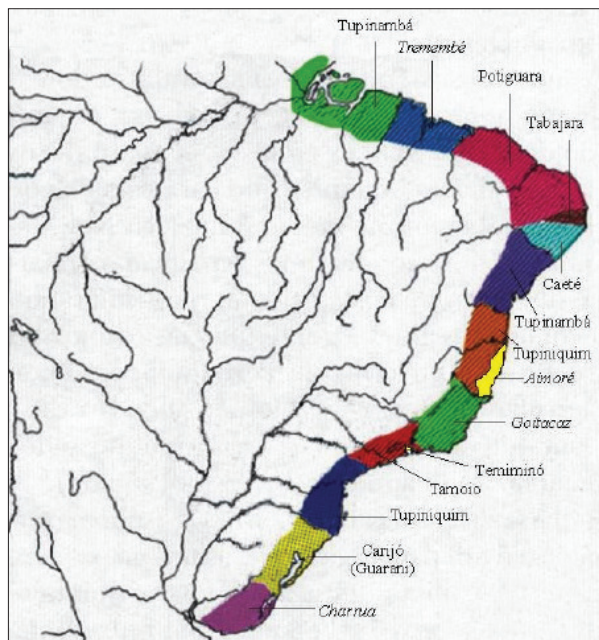
As pesquisas dos últimos anos apontam para a urgente necessidade de trabalhos de descrição, documentação e revitalização de línguas indígenas brasileiras, uma vez que mais da metade dessas línguas não possuem boas descrições gramaticais e, menos ainda, estudos de natureza teórica. Devemos observar que as línguas indígenas revelam uma enorme variedade de possibilidades gramaticais que não se encontram em línguas europeias. Por exemplo, vejamos o que afirma Rodrigues (1986, p. 23) a esse respeito:

“As línguas indígenas diferem entre si e se distinguem das línguas europeias e demais línguas do mundo no conjunto de sons de que se servem (fonética) e nas regras pelas quais combinam esses sons (fonologia), nas regras de formação e variação das palavras (morfologia) e de associação destas na constituição das frases (sintaxe), assim como na maneira como refletem em seu vocabulário e em suas categorias gramaticais um recorte do mundo real e imaginário (semântica).”

Conforme Krauss (1992), cerca de 90% das línguas do mundo podem desaparecer até o final do século XXI, situação

que então justifica ações práticas e concretas no intuito de se conduzirem trabalhos científicos que ajudem a evitar o desaparecimento dessas línguas. Legère (2015), por sua vez, considera que existam no mundo cerca de 6500 línguas, sendo que dois terços dessas podem ser extintas até o final deste século. Já em relação à América do Sul, especialistas estimam que haja cerca de 500 línguas autóctones no continente. Dentre estas, estima-se que cerca de 420 línguas ameríndias estão em sério risco de desaparecimento seja devido à pressão que sofrem das línguas majoritárias seja pelo simples fato de o número de falantes nativos ser muito reduzido. Em relação ao Brasil, Rodrigues (2013) afirma que *‘embora a maioria dos brasileiros tenha a impressão de viver num país monolíngue, o Brasil é na verdade multilíngue, pois são aprendidas como línguas maternas cerca de 180 línguas indígenas’*. Supõe-se que a população indígena em 1500, quando da chegada dos portugueses ao continente, era cerca de três a cinco milhões, de sorte que, em várias partes do Brasil, as populações indígenas eram muito mais densas, quando se comparam com os dados estatísticos atuais. Sabe-se, por exemplo, que, nas várzeas dos grandes rios amazônicos, assim como no litoral, viviam diversos grupos étnicos, os quais foram totalmente extintos. A mesma situação se observa em relação aos índios tupinambás que habitavam a faixa litorânea do território brasileiro. Dados etnográficos disponíveis apontam que os aldeamentos tupinambás se compunham de uma população bastante elevada para a época e que se estendiam desde onde hoje se situa o estado do Pará até o Rio de Janeiro. A exceção, todavia, era a divisa entre o Ceará e o Maranhão, a região da foz do rio Paraíba, a região limítrofe entre o sul da Bahia e o norte do Espírito Santo, tendo em conta que, nessas regiões, predominavam grupos étnicos pertencentes ao tronco Macro-Jê, conforme mostra o mapa da presença dos vários subgrupos tupinambás que se distribuíam pela costa do Brasil.

FIGURA 1 – Presença Indígena na Costa do Brasil¹



Informações retiradas a partir de estudos advindos da arqueologia e da antropologia permitem-nos afirmar com certa segurança que, na costa do Brasil, vivia uma população que era homogênea em termos linguísticos e culturais. Sendo assim, quando os portugueses aportaram ao território brasileiro, sabe-se que essa população ocupava toda a costa brasileira, de norte a sul, e com aldeias espalhadas ao longo dos grandes rios que cortavam as florestas tropicais e subtropicais do interior. Estima-se que na faixa litorânea a população de índios tupinambá totalizava a quantia de cerca de 1 milhão de pessoas, cifra esta que equivalia ao montante de nove habitantes por quilômetro

1. Mapa extraído do site <http://noamazonaseassim.com.br/as-tribos-indigenas-do-estado-do-amazonas/>.

quadrado (9hab/km²).² Já a região do Brasil Central abrigava povos pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê, cujos aldeamentos possuíam em média mais de mil habitantes, percentual este que se difere drasticamente do percentual que se observa no momento atual, tendo em conta que é raro encontrarmos densidade que ultrapasse mais de uma centena de pessoas por aldeia. Em suma, conclui-se que a antiga densidade demográfica que havia no território brasileiro se diluiu à medida que as frentes de expansão, promovidas pelos europeus, se tornavam mais frequentes e permanentes de leste a oeste do Brasil. Consoante Rodrigues (2013), pode-se afirmar que 75% das línguas indígenas desapareceram desde 1500, de modo que a *‘redução drástica de cerca de 1000 línguas em 500 anos (a uma média de duas línguas por ano) não se deu apenas durante o período colonial, mas se manteve durante o período imperial e tem-se mantido no período republicano’*. Ademais, estudos recentes³ apontam que o Brasil corre sério risco de perder, no prazo de 15 anos, um terço de suas línguas nativas em razão de muitas contarem com não muito mais de uma dezena de falantes. Segundo estimativas, devem ser extintos até 2030, entre 45 a 60 idiomas ameríndios, situação que sinaliza para a importância de que as universidades e centros de investigações brasileiros incentivem ações concretas e permanentes para promover a documentação, a descrição, a revitalização e a reconstrução da história filogenética das línguas indígenas sobreviventes, pois esta é uma tarefa de caráter urgente. Muito conhecimento sobre as línguas e sobre as implicações de sua originalidade para o melhor entendimento da capacidade humana de produzir línguas e de comunicar-se ficará perdido para sempre com cada

2. Ver mais detalhes a este respeito em Fausto (2005, pp. 68-73).

3. Sobre este tema remeto o leitor ao artigo publicado no site do racismo ambiental <http://racismoambiental.net.br/category/destaque-combate/>. Neste texto, o diretor do Museu do Índio, José Carlos Levinho, explica que o Brasil *‘corre o risco de perder, no prazo de 15 anos, um terço de suas línguas indígenas’*.

língua indígena que deixa de ser falada.⁴ Rodrigues (1986, 1993a, 2013) calcula que a população indígena perfaz atualmente cerca de 190.000 pessoas, sendo que, deste total, aproximadamente 160.000 indígenas falam as 180 línguas indígenas. Em suma, este montante constitui apenas 15% das mais de mil línguas que se estimam terem existido no Brasil em 1500. Muito embora o Brasil possua o maior número de línguas entre os países da região, percebe-se que este é o país com o maior número de línguas ameaçadas de extinção. Tal situação se traduz, por exemplo, pelo fato de não haver no Brasil nenhuma língua nativa com número de falantes superior a cinquenta mil falantes; e também pelo fato de não ter havido até recentemente políticas linguísticas efetivas de valorização das línguas ameríndias faladas no Brasil. Portanto, a publicação deste livro se insere neste contexto de risco de perda de diversidade linguística no Brasil e em várias partes do mundo. Por esta razão, esta pesquisa se alinha ao chamado que vem sendo feito pela comunidade científica em relação à urgente necessidade de pesquisas voltadas para as línguas minoritárias, em especial para as línguas indígenas brasileiras, uma vez que mais da metade dessas línguas ainda precisam de descrições gramaticais mais detalhadas. Dentre as inúmeras estruturas gramaticais encontradas nas línguas indígenas, podemos destacar, como exemplo, a grande ocorrência de sistemas de Caso ergativo-absolutivo, particularmente entre as línguas dos troncos Tupi e Macro-Jê. É, portanto, neste cenário que esta pesquisa se insere, de modo que um dos principais objetivos deste livro é investigar até que ponto os sistemas ergativos encontrados nas línguas indígenas do Brasil se diferem dos sistemas nominativos encontrados nas línguas indo-europeias, como o italiano, o alemão, o

4. Sobre este tópico, Legere (2015) postula que: *‘all languages are intimately interlinked with the culture of their speakers, and all languages and cultures represent specific expressions of human thought and social organization. (...) Therefore, with every language which becomes extinct, priceless intellectual values will be lost forever’.*

francês, o inglês, o português, dentre outras. Por essas razões, este livro busca identificar as propriedades morfossintáticas que essas línguas apresentam. Interessa-nos, em particular, averiguar como os sistemas de alinhamento recorrentes na gramática dessas línguas podem contribuir para o desenvolvimento de hipóteses que vêm sendo desenvolvidas, no âmbito do programa minimalista, particularmente em relação à teoria de Caso, tal como vêm sendo formuladas recentemente por Chomsky (1995, 2001, 2008, 2012), Bobaljik (1993) and Bobaljik and Branigan (2006), Laka (1993, 2006), Woolford (1997, 2003, 2006), Otsuko (2006), Ura (2006), dentre outros. Este volume compreende, ainda, o resultado de uma pesquisa que venho efetuando desde 2005 sobre sistemas de alinhamento que ocorrem em línguas da família Tupí-Guaraní e do tronco Macro-Jê. Constitui resultados da pesquisa que tenho desenvolvido com o apoio do CNPq, desde 2009, como bolsista de produtividade de pesquisa nível 1D, número do processo atual (311175/2021-0). Contou ainda com o apoio financeiro de editais universais provenientes da Fapemig (APQ-01458-12), (APQ-00026-17) e do CNPq (456052/2014-3) e (424236/2018-4). Esta publicação conta ainda com o apoio financeiro da Câmara de Pesquisa da Faculdade de Letras por meio do edital de apoio à publicação de 1/2020. Gostaria ainda de registrar meus agradecimentos a Christiane Miranda Butthers, a Barbara Guimarães Rocha e a Monica Resende de Souza pela ajuda na preparação e organização dos capítulos e pela elaboração das referências bibliográficas.

O volume está organizado em seis capítulos. No capítulo 1, investigam-se as propriedades gramaticais que diferem as línguas ergativas das línguas nominativas. Assume-se que o parâmetro que distingue os dois tipos de línguas está diretamente conectado com o fato de o Caso ergativo ser somente atribuído em línguas ergativas, mas não em línguas nominativas. Adicionalmente, discute-se que os sistemas cindidos tendem a aparecer em línguas morfologicamente ergativas, mas não em línguas sin-

taticamente ergativas. O intuito principal do capítulo é fornecer um panorama descritivo dos principais sistemas de alinhamento recorrentes nas línguas do mundo. O capítulo 2 delinea as principais propostas teóricas que vêm sendo desenvolvidas pela teoria gerativa. Desenvolve-se, assim, uma análise, à luz da teoria de Caso, sobre as possíveis conexões que há entre Caso ergativo e o papel temático de agente que o sujeito de verbos de ação recebe no curso da derivação sintática. O capítulo 3 explora a forte correlação que há entre valoração de Caso e atribuição dos papéis theta [agente] e [experenciador] a argumentos externos de verbos transitivos em línguas como Apinajé, Apãniekra, Parakatêjê, Maxacali e Kuikuro.⁵ Adicionalmente, averigua-se se os Casos ergativo e dativo nessas línguas correspondem, ao final de contas, a Caso inerente ou a Caso estrutural. O capítulo analisa ainda o estatuto do Caso absoluto no intuito de identificar se esse Caso é valorado pelos núcleos ν^p ou T^o . A proposta a ser explorada é a de que o Caso absoluto pode equivaler aos Casos acusativo ou a nominativo, uma ou outra opção dependerá das escolhas paramétricas em cada língua. No capítulo 4, examinamos o sistema de cisão de Caso na língua Tenetehára, no intuito de determinar a fonte de valoração do Caso absoluto em predicados intransitivos, estativos e em construções nas vozes passiva, inversa e antipassiva. A proposta delineada é a de que o rótulo absoluto corresponde ao Caso acusativo, o qual é atribuído uniformemente pelo núcleo ν^p a sujeitos de verbos intransitivos e a objetos diretos. Em conformidade com essa hipótese, lançamos a teoria de que Caso absoluto serve apenas como um rótulo descritivo, pois não se difere substancialmente do Caso acusativo na língua Tenetehára. Em suma, propõe-se que o parâmetro sintático que distingue o Tenetehára de línguas

5. No decorrer da análise, mantereí os nomes das línguas indígenas brasileiras em maiúsculas em conformidade com a convenção estabelecida pela Associação Brasileira de Antropologia que as grafam sempre dessa maneira.

acusativas e ergativas está relacionado ao fato de haver dois Casos estruturais ativos, a saber: o nominativo e o acusativo. Isso significa dizer que os núcleos T^0 e ν^0 podem ser atribuidores de Caso estrutural (i.e. nominativo e acusativo, respectivamente) em construções inacusativas, inergativas, estativas e em construções nas vozes antipassiva e passiva. A consequência imediata dessa análise é que o sistema de Caso do Tenetehára viola a generalização de Burzio (1986). Faz-se importante observar que a identificação do Caso absolutivo com o acusativo se dá em línguas com sistema de Caso cindido, como é a situação proposta para o Tenetehára. Já o capítulo 5 aborda a interrelação que existe entre valoração de Caso e atribuição de papel temático na língua Ka'apor. Demonstra-se que essa língua manifesta um sistema tripartido de marcação Caso, estando disponíveis os Casos nominativo, acusativo e dativo. Como consequência, emergem-se os sistemas de marcação diferencial de sujeito e de objeto. O objetivo é averiguar os fatores gramaticais que regulam o engatilhamento desses sistemas. A hipótese que lançamos é a de que a marcação diferencial de objeto está condicionada às escalas de animacidade e de definitude. Assim sendo, quando o referente do objeto corresponde a um objeto animado e definido, as chances de ele receber uma marca de Caso diferencial de Caso é alta. Por seu turno, propomos que a marcação diferencial de sujeito é regulada pela baixa agentividade do sujeito, de sorte que sujeitos afetados são marcados com o Caso dativo, o qual vem realizado pela partícula [.ke]. O capítulo 6 é reservado para reunir as principais conclusões apuradas pela análise dos sistemas de alinhamentos investigados.

Começamos então com o capítulo descritivo sobre os tipos de sistemas de alinhamento que a literatura tipológica prevê, tomando por base dados de línguas faladas no Brasil e em outras partes do mundo.